

# DPF frustra identificação de desaparecidos, diz CBA

O Comitê Brasileiro pela Anistia, seção de São Paulo (CBA-SP), através de seu presidente, advogado Luis Eduardo Greenhalgh, denunciou ontem que agentes da Polícia Federal violaram anteontem as sepulturas de dois militantes políticos de esquerda — Maria Augusta Tomás e Márcio Beck Machado —, desaparecidos desde 1973, na fazenda Rio Doce, município de Rio Verde, Goiás, a cerca de 240 quilômetros de Goiânia. A ação da Polícia Federal, segundo a denúncia, foi para evitar que o CBA conseguisse, pela primeira vez, identificar e provar judicialmente a morte de dois desaparecidos, cujo paradeiro as forças de segurança diziam ignorar.

A remoção dos restos mortais foi comprovada por testemunhas e a família de Maria Augusta Tomás contratou o advogado Jorge Lemes de Moraes, residente em Rio Verde, que amanhã vai requerer à Justiça a história "ad perpetuam rei memoriam", no local escavado pelos policiais. Com base nos depoimentos das testemunhas, a família poderá processar o coronel Moacir Coelho, chefe do DPF pelos crimes de responsabilidade por "violação de sepultura; vilipêndio de cadáver ou suas cinzas; e destruição, subtração ou ocultar cadáver ou parte dele". Além disso, o CBA-SP responsabiliza "desde já, o ministro da Justiça e o Diretor Geral do Departamento de Polícia Federal pelo desaparecimento da ossada, bem como pela segurança pessoal das testemunhas".

O advogado Jorge Lemes de Moraes pretende ainda a abertura de inquérito policial, incluindo o proprietário da fazenda Rio Doce, Sebastião Cabral, e uma ação de responsabilização da União pelo "cerco e morte do casal", além da "investigação policial para responsabilizar a autoridade que ordenou a subtração dos corpos na Fazenda, obstaculando, desta forma a apuração da verdade".

## CERCO E MORTE

Com base em informações de familiares de Maria Augusta e em depoimentos de ex-presos políticos, o CBA-SP conseguiu levantar a história do assassinato de Maria Augusta Tomás e de Márcio Beck Machado e pediu a colaboração do jornalista Antônio Carlos Fon, que atualmente trabalha em Goiânia, para comprovação dos fatos. No último fim de semana, Fon, o advogado Luis Eduardo Greenhalgh e um irmão de Maria Augusta conseguiram chegar ao local e identificar onde estavam as sepulturas dos dois desaparecidos. Eles pretendiam fazer a exumação judicial dos cadáveres com a presença de representante da OAB, da imprensa e vários organismos de defesa dos direitos humanos, mas a principal testemunha, o dono da fazenda Rio Doce, Sebastião Cabral, teria avisado a Polícia Federal, segundo o CBA, e propiciado que as ossadas fossem retiradas do local.

Militantes da organização de extrema esquerda Molipo, Movimento de Libertação Popular, Maria Augusta e Márcio Beck Machado, voltaram de Cuba junto com o grupo chamado de "Os 28 do Molipo" e, em 1973, sem condições de suportar o cerco à clandestinidade nas áreas urbanas, transferiram-se para Goiás, onde compraram uma propriedade rural na região de Rio Verde e Jatal, pagando parte em dinheiro e parte pela cessão de um caminhão.

O negócio foi desfeito e — sempre segundo o CBA-SP — o casal foi forçado a procurar emprego em outras propriedades agrícolas, dirigindo-se à fazenda Rio Doce, de propriedade de Sebastião Cabral e sua esposa Maria Cabral. O casal chegou a 4 de maio de 1973 à fazenda e em 16 de maio foi cercado e metralhado por agentes de segurança, numa operação conjunta do "Doi-Codi do 2.º Exército, Polícia Federal de Goiânia, destacamento da Polícia Militar em Rio Verde, FAB e alguns agentes da Polícia Civil".

Ainda segundo a denúncia, Márcio e Maria Augusta tiveram a choupana onde moravam cercada pelos agentes das forças de segurança que, "sem dar-lhes voz de prisão, metralharam a casa, mataram o casal e lá permaneceram cerca de dois ou três dias na expectativa do surgimento de visita do casal". Depois desse período, "abandonaram a fazenda advertindo seus proprietários de que "na fazenda havia duas cobras venenosas", que eles mataram e que o pessoal da fazenda deveria enterrar. Quatro pessoas enterraram o casal, o proprietário da fazenda e três empregados, dos quais dois já falecidos e um "em lugar incerto e não sabido".

## CABEÇA CORTADA

A morte de Maria Augusta e Márcio teria sido comentada nos corredores do Doi-Codi paulista, segundo o depoimento de vários presos políticos, detidos naquele órgão à época. Ainda segundo essas versões, Mário tivera sua cabeça decepada por tiros de metralhadora e transportada para Goiânia. Depoimentos de testemunhas que presenciaram a retirada das ossadas, anteontem, por policiais, afirmam que uma delas estava sem o crânio, indício que confirmaria a versão da cabeça decepada.

Os familiares de Márcio Beck Machado acataram — segundo informações do CBA — a versão da sua morte sem insistir na elucidação das circunstâncias. Consta que à época, sem o saber, o então secretário da Segurança Pública de Goiás, coronel PM Euvaldo Vaz, tomou conhecimento da caçada a Maria Augusta e Márcio, mas só foi reconhecer Márcio Beck como parente seu (filho de seu primo-irmão), depois de ver a cabeça do rapaz. Segundo depoimentos de testemunhas, o então secretário Euvaldo Vaz teria tomado um avião em Goiânia, vindo a São Paulo e levado seu primo para reconhecer o filho. O pai fez — segundo a versão do CBA — o reconhecimento do filho e pediu um atestado de óbito, negado com a afirmação de que a "única coisa que não poderiam fornecer seria um atestado de óbito".

## Assembléia mineira examinará 39 casos

**BELO HORIZONTE (Sucursal)** — Até terça-feira, as lideranças dos partidos na Assembléia Legislativa de Minas, deverão indicar os componentes da Comissão Parlamentar de Inquérito, requerida pelo deputado Ademir Lucas (PMDB) e deferida pela presidência da Casa. A comissão, que terá prazo de 60 dias para apurar 39 atentados políticos ocorridos em Minas, nos últimos três anos, será composta por três parlamentares do PSD, um do PMDB, o próprio autor do pedido, é um do Partido Popular.

## NÃO AVALIA

Ademir Lucas disse não poder avaliar o grau de dificuldades que os membros da comissão terão para elucidar os atentados, lembrando que "ainda não vivemos numa democracia e os regimentos internos das assembleias e do Congresso foram feitos em momento de forte emoção e têm também a missão de resguardar o Executivo".

Entretanto, o parlamentar considera que sua iniciativa já começa a surtir efeitos. Ele citou, como exemplo, a nomeação de um promotor para acompanhar as diligências.



A família de Maria Augusta Thomas (foto) pretende responsabilizar a União pela morte e pelo desaparecimento dos seus restos mortais.

## Deputado levanta suspeitas sobre versão de suicídio

CLOVIS ROSSI

O deputado estadual paranaense Nelson Friedrich (PMDB) pediu anteontem uma cuidadosa investigação do governo brasileiro sobre o suicídio de um casal argentino na embarcação que liga Porto Meira, no Brasil, a Puerto Iguazu, na Argentina, por acreditar que possa ter ocorrido com os dois o mesmo que aconteceu com os uruguaios Lillán Celiberti e Universino Díaz: uma tentativa de sequestro. A suspeita do parlamentar é a de que policiais argentinos teriam participado da perseguição a Eduardo Gonzalo Escabosa e Lilliana Inês Goldenberg, que, segundo o Exército argentino, pertenciam ao grupo de esquerda "Montoneros".

Não é uma suspeita gratuita: em 1977, o jornalista argentino Norberto Habberger, também acusado de pertencer aos "Montoneros", desembarcou no Galeão, foi preso e dele nunca mais se teve notícia. Sua mulher procurou os bispos brasileiros que se encontravam em Puebla (México), em janeiro do ano seguinte, em busca de auxílio para poder vir ao Brasil informar-se sobre o destino de Norberto. Como o fato ocorrera no Rio de Janeiro, dom Eugênio Sales, cardeal-arcebispo do Rio, se incumbiu de estudar a questão e, ao voltar ao Brasil, escreveu à esposa do jornalista, desaconselhando a vinda. Motivo: não havia garantias quanto à segurança dela, ante a presença de policiais argentinos no Rio. Ora, se em 1977, havia policiais argentinos no Rio, é muito razoável suspeitar que eles continuem atuando por aqui, ainda mais agora que está próxima a visita ao Brasil do presidente argentino Jorge Rafael Videla.

É sintomático, por exemplo, que o padre Jorge Adur — também argentino — tenha sido visto em Porto Alegre, durante a visita do Papa à capital gaúcha, e depois desaparecido. Adur tinha ligações com o grupo das "Mães da Praça de Mayo" — um grupo de senhoras que, há quatro anos, pressiona o governo argentino em busca de informações sobre os seus parentes desaparecidos, depois de terem sido detidos por agentes dos organismos de segurança.

## O LONGO BRAÇO

As suspeitas do deputado se justificam, além disso, pelo conhecimento de que a repressão argentina estende seus braços muito além de suas fronteiras, como ficou evidenciado no sequestro em Lima, Peru, de um grupo de três argentinos, todos igualmente acusados de pertencer aos "Montoneros". A operação — executada nos dias 12 e 13 de junho último — revela perfeita sincronia entre os organismos de segurança de vários países, ignorando e até humilhando os respectivos governos, mesmo no caso de um governo militar como o era, na época, o governo peruano.

O sequestro, segundo denúncia minuciosa da revista peruana "Equis X", foi executado pelos Serviços de Inteligência do Exército argentino e do Exército peruano, em uma operação combinada, "cujos chefes diretos foram o coronel argentino Ronald Rocha e o coronel peruano Martín Martínez Garay". A revista denuncia, também, que o então primeiro-ministro e ministro da Guerra do Peru, general Pedro Richter Prada, e o ministro do Interior, general César Iglesias Barrón, "estariam informados e haviam autorizado a operação".

Foi assim: os militares argentinos trouxeram de seu país o "montonero" Federico Frías Alberga, para que identificasse as pessoas a serem sequestradas em Lima. Segundo a imprensa peruana, haveria uma lista de quinze pessoas a serem detidas, mas apenas três realmente o foram: Julio Cesar Ramirez, Maria Ines Raverta (que usava o nome de Julia Santos de Acebal) e Noemi Esther Gianotti de Molino, 54 anos, uma das "mães da Praça de Mayo". Como essas primeiras detenções foram imediatamente denunciadas pela imprensa, especialmente pelo "Diário de Marka", a operação foi sustada e culdrou-se imediatamente de "limpar" o terreno, dando a impressão de uma rotineira operação de deportação de estrangeiros que viviam no Peru em situação irregular.

## SERVIÇO MAL FEITO

Mas a operação limpeza também foi mal executada: ante a pressão da imprensa, os militares peruanos exibiram um "recibo" de que os três argentinos sequestrados em Lima haviam sido entregues, na fronteira boliviana, às polícia de fronteiras daquele país. Acontece que tanto a então presidente boliviana, Lidia Gueiler, como seu ministro do Interior, Antonio Arnez, garantiram que o governo boliviano não recebera ninguém e que o "recibo" fora obtido à força por oficiais peruanos, auxiliados por um oficial boliviano de sobrenome Roldán. E aí se evidencia a cumplicidade entre os organismos militares: imediatamente o Ministério boliviano de Defesa informou que não havia ninguém com esse sobrenome nas Forças Armadas.

Dois deputados peruanos, Antonio Meza Cuadra e Manuel Dammert, em investigações pessoais na Bolívia, entrevistaram o chefe de Imigrações da Bolívia, Remi Mercado, que negou totalmente o recebimento dos três argentinos.

Esta semana, essa operação cuja teve um novo e macabro lance: o cadáver de Noemi, a senhora de 54 anos sequestrada em Lima, apareceu em Madri, na Espanha — uma demonstração de que a multinacional da repressão consegue, agora, atravessar não apenas fronteiras, mas até oceanos.